

# Nota de abertura

ISABEL HENRIQUES DE JESUS\*

---

Há muito que um Prémio Nobel da Paz não me deixava tão emocionada. A sua atribuição, este ano, a Nadia Murad e a Denis Mukengere Mukwege reflecte uma posição muito clara do Comité Nobel norueguês de rejeição da utilização do corpo das mulheres e das crianças como arma e despojo de guerra. Mas o alcance desta iniciativa ultrapassa o mais que merecido reconhecimento aos dois galardoados, para se situar num plano simbólico de repúdio de idênticas situações recorrentes, ainda que ocultadas ou escamoteadas pelos poderes vigentes, e de alerta para que essas situações sejam mais veementemente denunciadas. Ao que parece, o nome do médico ginecologista congolês que, tantas vezes, reparou as lacerações físicas e psicológicas de mulheres que acorrem ao hospital que fundou, já havia sido proposto, há alguns anos, mas só agora foi distinguido. Queremos acreditar que as recentes denúncias de violações e/ou de desrespeitos múltiplos, e o impacto mediático e social de tais acontecimentos, em muito contribuíram para estimular a oportunidade deste prémio. Quando pensamos no trabalho que académicas e activistas vêm desenvolvendo, ao longo de muitas décadas, em torno da vulnerabilidade sexual das mulheres e das crianças em cenários de conflito, mas não só, sentimos como este prémio surge com um atraso revoltante mas, porventura, num momento em que a sua mensagem pode beneficiar de uma recepção mais preparada para a assimilar. Pelo menos assim desejamos, ainda que confrontadas com realidades contraditórias. A crescente consciência e denúncia destes horrores

.....

\* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva - Estudos sobre a Mulher  
misabeljesus@fcsh.unl.pt

coexiste com práticas e discursos de barbárie. Que dizer da (in)eficácia desta mensagem, ou de outras semelhantes, junto de poderosos líderes mundiais que, aproximando-se do grau zero do humano se comportam de modo infame ou tecem comentários públicos a respeito dos corpos das mulheres e do que desejariam ou não fazer com eles?

Corpos, sempre corpos, por demais associados às mulheres, às suas vidas e às suas opções. Corpos que, fecundados, engendram dentro de si outros seres. Grávidas e, posteriormente, mães, é esse o caminho que garante a continuidade da espécie. De tão óbvio e constante, parece não oferecer dúvidas sobre o destino das mulheres, fundindo acriticamente o estatuto de mulher e o de mãe. Se o estatuto de mulher apresenta diferentes configurações resultantes do tempo histórico, da geografia e da classe social, também o de mãe é cultural e historicamente afectado. Muito presente e objecto de discórdias várias, em diferentes perspectivas feministas, a questão da maternidade traz consigo um conjunto de crenças e de expectativas relativamente à mulher-mãe que enformam a sua representação, podendo, nos extremos, idealizá-la ou repeli-la.

No primeiro caso, exacerbam o poder, exclusivamente feminino, da maternidade, o domínio da reprodução, o privilégio que as eleva a uma posição de superioridade face aos homens, arrebatando, nesta lógica, um conjunto de características que lhes confere dons de abnegação, de generosidade e outros, tão sabiamente apropriados por muitos homens para, assim, as pensarem confinadas ao papel e à condição de mulher-mãe.

No segundo caso, podendo embora optar pela maternidade, recusam-na enquanto essência da condição feminina, preferindo determiná-la como livre escolha e ampliando as modalidades do seu exercício.

Seja qual for a maneira como é percebida a maternidade, a época moderna induz nas mulheres a responsabilidade pelos seus filhos e filhas, atribuindo-lhes um papel de educadoras e cuidadoras a que dificilmente se conseguem eximir. Na nossa cultura, desde a gravidez, uma poderosa e eficaz máquina inculcadora dar-lhes-á conta dos cuidados a ter com a saúde, com o corpo e, afinal, com o/a “Outro/a” que cresce dentro delas e que se tornará no/a filho/a que condicionará muito da sua vida futura. E, no entanto, a questão da maternidade põe-se muitas vezes de forma ambivalente e até mesmo paradoxal para as raparigas. A gravidez impõe-se-lhes como uma obrigação, a um tempo simbólica e real, social e individual.

Socialmente, sentem o dever de assegurar a natalidade, mas também se lhes diz que a carreira é o mais importante, que devem estudar, que devem ser livres e independentes, donas do seu tempo e do seu futuro. Mas os olhares explícitos ou dissimulados sobre os seus ventres não escondem a expectativa de os ver crescer, ou mesmo a reprovação, se tal não acontecer: “vais arrepende-te”. E diz-se-lhes, também, que só se sentirão verdadeiramente realizadas, enquanto mulheres, se forem mães. Voltamos, então, à contaminação de dois estatutos que se queriam independentes. Será que é possível? Em que condições? Em que realidades? E os homens, que papel jogam em toda esta narrativa contraditória?

Vem isto a propósito da artista que agora homenageamos, cuja obra reflete a grande sensibilidade às duras condições de vida das mulheres e das crianças e à maternidade, enquanto colo protector de medos, angústias e horrores. Ela própria, atingida pela suprema dor de ter perdido um filho na I Guerra Mundial, adere ao pacifismo, assumindo, até ao fim, o comprometimento político da sua arte. Recordamo-la nesta 40.<sup>a</sup> edição da revista *Faces de Eva*, cuja publicação coincide com a celebração dos 40 anos da casa que nos acolhe – NOVA FCSH.

Isabel Henriques de Jesus